



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

Entre grades e livros: a leitura como ponte de inclusão e reconstrução de trajetórias na Unidade Penal de Araguatins (TO)- Relato de experiência

Between Bars and Books: Reading as a Bridge for Inclusion and Life Trajectory Reconstruction in the Public Jail of Araguatins (TO) – An Experience Report

Renilda da Silva Soares – Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – e-mail

Maristela Tavares Gonçalves – Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – e-mail

Kelyane da Silva Santos – Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – e-mail

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a experiência do Projeto Porta Aberta, desenvolvido na Unidade Penal de Araguatins (TO), como estratégia de incentivo à leitura e ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Trata-se de relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentado nas discussões sobre direito à literatura e educação humanizadora. Os resultados evidenciaram aumento da participação dos reeducandos nas práticas leitoras, fortalecimento do interesse pelos estudos e desenvolvimento da reflexão crítica. Conclui-se que a leitura constitui importante instrumento de inclusão social, humanização e reconstrução de trajetórias no contexto prisional.

Palavras-chave: Ressocialização. Leitura. Sistema prisional. Inclusão social. Educação prisional.

Abstract: This study aims to analyze the experience of the “Open Door” Project, developed at the Penalty Unit of Araguatins, Tocantins, as a strategy to encourage reading and the resocialization of incarcerated individuals. This is an experience report with a qualitative approach, based on discussions about the right to literature and humanizing education. The results showed increased participation of inmates in reading activities, greater interest in education, and development of critical reflection. It is concluded that reading represents an important tool for social inclusion, humanization, and reconstruction of life trajectories in the prison context.

Keywords: Resocialization. Reading. Prison system. Social inclusion. Prison education.



1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro constitui um dos maiores desafios sociais e institucionais do país, especialmente no que se refere à garantia dos direitos humanos e à efetivação de políticas públicas de ressocialização. Dados internacionais apontam que o Brasil possuía, em 2021, a terceira maior população carcerária do mundo, evidenciando o crescimento contínuo do encarceramento nas últimas décadas (Fair; Walmsley, 2024). Segundo informações do World Prison Brief (2026), o número de pessoas privadas de liberdade passou de 811.707, em 2020, para quase 1 milhão em 2024, demonstrando uma expansão significativa do sistema penitenciário brasileiro. Entretanto, tal crescimento não foi acompanhado pela ampliação adequada da infraestrutura prisional, resultando em superlotação, precariedade estrutural e insuficiência de ações voltadas à reintegração social dos apenados (Brasil, 2022).

Nesse cenário, os estabelecimentos prisionais brasileiros revelam inúmeras fragilidades relacionadas à oferta de condições dignas de permanência e de oportunidades efetivas de ressocialização. A ausência de acesso adequado à educação, à cultura e a projetos de desenvolvimento humano contribui para a manutenção de processos de exclusão social e para os elevados índices de reincidência criminal (Reis, 2025). Conforme destaca o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), embora a Lei de Execução Penal (LEP) assegure assistência educacional, social, jurídica e cultural às pessoas privadas de liberdade, grande parte das unidades prisionais brasileiras ainda apresenta dificuldades para efetivar tais garantias.

A Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 estabelece que o Estado deve proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (Brasil, 1984). Nessa perspectiva, a educação e a cultura assumem papel essencial no processo de reintegração social, uma vez que possibilitam a construção de novas perspectivas de vida e o fortalecimento da cidadania (Oliveira, 2021). Entre as práticas educativas desenvolvidas no sistema prisional, a leitura destaca-se como importante instrumento de transformação social e humanização. Mais do que mecanismo de remição de pena, o contato com a literatura favorece o desenvolvimento da criticidade, da reflexão, da empatia e do autoconhecimento, permitindo ao indivíduo



ressignificar sua trajetória e ampliar sua compreensão sobre si mesmo e sobre o mundo (Cozac, 2024).

Paula (2023) afirma que a literatura constitui um direito humano fundamental, pois atua diretamente na formação da sensibilidade e da consciência crítica dos sujeitos. Sob essa ótica, negar o acesso à literatura representa também limitar possibilidades de humanização e inclusão social. As iniciativas voltadas ao incentivo à leitura no ambiente prisional revelam-se estratégias relevantes para minimizar os impactos do encarceramento e favorecer processos de reconstrução identitária e reinserção social.

O sistema prisional brasileiro constitui um dos maiores desafios sociais e institucionais do país, especialmente no que se refere à garantia dos direitos humanos e às políticas de ressocialização.

Nesse cenário, a ausência de acesso adequado à educação, à cultura e a projetos de desenvolvimento humano contribui para a exclusão social e para os elevados índices de reincidência criminal (Reis, 2025). Embora a Lei de Execução Penal assegure assistência educacional e cultural às pessoas privadas de liberdade (Brasil, 1984), muitas unidades prisionais ainda enfrentam dificuldades para efetivar essas garantias (IPEA, 2015).

Entre as práticas educativas desenvolvidas no sistema prisional, a leitura destaca-se como instrumento de transformação social e humanização, ao estimular reflexão, criticidade e autoconhecimento (Cozac, 2024).

Além disso, políticas públicas recentes têm fortalecido a relação entre leitura e ressocialização no contexto prisional brasileiro. A Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2013), publicada em 2013, estabelece diretrizes para projetos de remição de pena pela leitura, reconhecendo a atividade leitora como prática educativa capaz de contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual das pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, a leitura passa a ocupar espaço significativo nas discussões sobre inclusão social e garantia de direitos no sistema prisional.

Diante desse contexto, o presente trabalho, tem como objetivo analisar a experiência do projeto de leitura desenvolvido na Unidade Penal de Araguatins, no estado do Tocantins, evidenciando as contribuições da leitura para o processo de humanização, inclusão social e reconstrução das trajetórias de pessoas privadas de liberdade. Busca-se compreender de que maneira as práticas leitoras podem favorecer



o fortalecimento da dignidade humana, da cidadania e da ressocialização no ambiente carcerário.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre políticas educacionais e culturais voltadas à população prisional, especialmente em um contexto marcado pela exclusão social e pela insuficiência de ações efetivas de reintegração. O relato de experiência possibilita evidenciar vivências concretas desenvolvidas no ambiente prisional, contribuindo para reflexões acerca da leitura como instrumento de transformação humana e social. Tal discussão dialoga diretamente com o princípio de “não deixar ninguém para trás”, ao reconhecer que o acesso à educação, à cultura e à literatura deve alcançar também sujeitos historicamente marginalizados.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das vivências proporcionadas pelo projeto de leitura realizado na Cadeia Pública de Araguatins. A experiência evidencia como o acesso aos livros e às práticas de leitura pode contribuir para a construção de novos sentidos de vida, fortalecendo vínculos sociais, emocionais e educativos no contexto prisional.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das vivências relacionadas ao Projeto Porta Aberta, implantado na Unidade Penal de Araguatins (TO) em julho de 2017, por meio de parceria entre o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Ministério Público, Poder Judiciário e administração da unidade prisional. Posteriormente, a iniciativa passou a integrar as ações do programa estadual “Ler para Libertar, voltado à ressocialização de pessoas privadas de liberdade. A metodologia adotada neste estudo baseou-se em levantamento documental, com abordagem qualitativa para a análise dos dados. Foram realizadas observações das atividades desenvolvidas no espaço educacional da unidade prisional e uma entrevista semiestruturada com a pedagoga responsável por esse



ambiente. Também foram analisadas as resenhas produzidas pelos participantes como requisito para remição de pena.

A pesquisa foi realizada na Unidade Penal de Araguatins, localizada na região do Bico do Papagaio, norte do Tocantins. As atividades contaram com a participação de 26 apenados inscritos no projeto de leitura, os quais possuíam domínio da leitura e da escrita e cumpriam penas já definidas pela Justiça. Os encontros ocorreram mensalmente, conforme organização da unidade prisional e disponibilidade da equipe responsável. Segundo Gama e Mendes (2022), “apenado é o indivíduo ao qual foi imposta uma pena em decorrência de decisão judicial”.

O funcionamento do projeto ocorria por meio do empréstimo de obras literárias previamente selecionadas pela equipe organizadora. Cada participante recebia um livro por mês e dispunha de 21 dias para leitura e elaboração de uma resenha crítica. Após avaliação positiva, o participante poderia obter remição de 1 a 4 dias da pena, conforme critérios estabelecidos pela Vara de Execução Penal.

Durante os encontros, eram promovidos momentos de diálogo sobre as obras lidas, favorecendo reflexões acerca de temas como cidadania, liberdade, família e reinserção social. As atividades buscaram estimular o desenvolvimento da criticidade, do autoconhecimento e da valorização da leitura como prática humanizadora.

A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2015), permitindo identificar aspectos relacionados à inclusão social, à humanização e à reconstrução de trajetórias no contexto prisional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Implantação do Projeto Porta Aberta e fortalecimento da leitura no ambiente prisional

As ações de incentivo à leitura no sistema prisional tocantinense começaram a ganhar maior destaque a partir da implementação de políticas públicas voltadas à educação e à ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, o estado do Tocantins passou a desenvolver iniciativas alinhadas à Lei de Execução Penal e à



Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a remição de pena pela leitura. Entre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Ponto de Leitura e Cultura nas Prisões, criado pela Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (SECIJU), em parceria com a Secretaria de Educação e outras instituições públicas, visando ampliar o acesso aos livros nas unidades prisionais do estado (TJTO, 2024).

Segundo dados da SECIJU, em 2018 o projeto já atendia 26 das 41 unidades prisionais existentes no Tocantins, fortalecendo ações educativas e culturais no ambiente carcerário. As iniciativas buscavam não apenas contribuir para a remição da pena, mas também estimular a formação educacional, o desenvolvimento da cidadania e a reconstrução de trajetórias sociais dos reeducandos (TJTO, 2024).

Foi nesse cenário que surgiu o Projeto Porta Aberta, implantado na Unidade Penal de Araguatins em julho de 2017, por meio de parceria entre o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Poder Judiciário, Ministério Público e administração da unidade prisional. A iniciativa tinha como principal objetivo promover o acesso à leitura entre os apenados, utilizando a literatura como ferramenta de inclusão social, humanização e ressocialização.

O projeto iniciou suas atividades disponibilizando mais de 500 livros aos reeducandos, incluindo obras da literatura brasileira, livros educativos e materiais de reflexão pessoal. Cada participante recebia uma obra literária e tinha prazo para leitura e elaboração de resenha crítica, podendo obter remição de até quatro dias da pena por obra lida e avaliada positivamente.

Figura 1 – Acervo do projeto



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Descrição: Estante com acervo do projeto “Ler para Libertar” na Unidade Penal de Araguatins (TO).

Os resultados demonstraram crescimento significativo da participação dos apenados ao longo dos anos. Entre junho e dezembro de 2017, foram disponibilizados 306 livros, com 83 obras efetivamente lidas e 42 resenhas produzidas por sete participantes. Em 2019, o projeto já contabilizava 610 livros disponibilizados, 435 obras manuseadas e 204 resenhas produzidas, envolvendo 20 reeducandos. Esses dados evidenciam maior adesão às práticas de leitura e fortalecimento das ações educativas no ambiente prisional.

Segundo Cozac (2024), o acesso à leitura em unidades prisionais amplia possibilidades de humanização e reconstrução de trajetórias, uma vez que a literatura permite ao indivíduo desenvolver reflexão crítica, imaginação e novos sentidos existenciais. Nesse sentido, os resultados observados na Cadeia Pública de Araguatins demonstram que a leitura ultrapassa a finalidade de remição de pena, tornando-se instrumento de transformação humana e social.

3.2 A leitura como instrumento de ressocialização e reconstrução de trajetórias

Os relatos obtidos durante o desenvolvimento do projeto evidenciaram impactos positivos da leitura na vida dos participantes. Durante os encontros e atividades de produção das resenhas, observou-se maior interesse dos reeducandos pelos estudos, fortalecimento da autoestima e ampliação das perspectivas de reinserção social.

A coordenadora do projeto destacou que “a leitura contribui para reduzir a ociosidade no ambiente prisional e favorece processos de reflexão sobre escolhas e trajetórias de vida”. Tal percepção também foi identificada nas falas dos participantes, que passaram a compreender a leitura como oportunidade de aprendizado e reconstrução pessoal.



Figura 2 – Entrega de obra literária a participante do projeto de remição pela leitura na Unidade Penal de Araguatins (TO)



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Descrição: A imagem registra um momento das atividades do projeto de incentivo à leitura desenvolvido na Unidade Penal de Araguatins (TO), evidenciando a entrega de obra literária a um reeducando participante das ações de remição de pena pela leitura. A atividade simboliza o acesso à educação e à cultura como instrumentos de ressocialização e reconstrução de trajetórias no ambiente prisional.

Os resultados educacionais também se mostraram expressivos. Em 2019, dezesseis reeducandos realizaram inscrição no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja PPL), motivados pelas ações de incentivo à leitura. Além disso, participantes do projeto obtiveram destaque no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), alcançando notas significativas na redação.

Destaca-se alguns participantes no Projeto de incentivo à leitura que apresentaram avanços significativos em seus processos de ressocialização. Entre eles, três apenas conquistaram a oportunidade de trabalhar no quartel, enquanto dois ingressaram no ensino superior — um permanecendo matriculado em curso ofertado dentro da unidade prisional (ensino à distancia) e outro obtendo habeas corpus para frequentar uma instituição de ensino superior fora do cárcere. Esses resultados evidenciam a relevância do projeto como instrumento de incentivo à educação, à reconstrução de trajetórias e à ampliação de perspectivas de reintegração social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência evidenciou que a leitura, no contexto prisional, ultrapassa a função de remição de pena, constituindo-se como importante instrumento de inclusão social, humanização e reconstrução de trajetórias. A experiência do Projeto Porta Aberta, desenvolvido na Unidade Penal de Araguatins (TO), demonstrou que o acesso aos livros e às atividades educativas favorece o fortalecimento da autoestima, da reflexão crítica e da perspectiva de reinserção social das pessoas privadas de liberdade.

Os resultados apontaram aumento da participação dos reeducandos nas atividades de leitura, maior produção de resenhas e incentivo à continuidade dos estudos, incluindo participação em exames educacionais como Enceja PPL e Enem PPL. Além disso, destacaram a importância das parcerias entre IFTO, Poder Judiciário, Ministério Público e administração prisional para o fortalecimento de ações educativas no sistema prisional.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015. 1 *e-book*. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/An%C3%A1lise-Conte%C3%BAdo-Laurence-Bardin/dp/9724415066>. Acesso em: 29 abr. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Diário de Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 224, p. 2, 27 nov. 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907>. Acesso em: 7 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Reincidência criminal no Brasil – 2022: relatório prévio**. Brasília, DF: SENAPPEN, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/depen-divulga-relatorio-previo-de-estudo-inedito-sobre-reincidencia-criminal-no-brasil/reincidencia-criminal-no-brasil-2022.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.



BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 29 abr. 2026.

COZAC, Pedro de Miranda. **A recepção da literatura no debate prisional**: reflexões sobre o projeto de remição pela leitura “Lendo a Liberdade”. Orientadora: Ana Gabriela Mendes Braga. 2024. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2024.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. **World Prison Population List**. 14. ed. London: Institute for Crime & Justice Policy Research, Birkbeck, University of London, 2024. Disponível em: <https://eprints.bbk.ac.uk/id/eprint/53464/1/World%20Prison%20Population%20List%2014th%20edition.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

GAMA, Yasmin Resende da; MENDES, Rosyvânia Araújo. Aplicação da Lei de Execução Penal no sistema prisional brasileiro e a atuação do advogado na defesa dos apenados. **Ciências Jurídicas**, v. 26, n. 116, nov. 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7310812. Disponível em: <https://revistaft.com.br/aplicacao-da-lei-de-execucao-penal-no-sistema-prisional-brasileiro-e-a-atuacao-do-advogado-na-defesa-dos-apanados/>. Acesso em: 09 jun. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Reincidência criminal no Brasil**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76641>. Acesso em: 25 abr. 2026.

OLIVEIRA, Suely Franco de. **Historicidade e práticas educativas da educação prisional no Brasil**. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: pucgoias.edu.br. Acesso em: 24 abr. 2026.

PAULA, Beatriz Nogueira Duete de. **O direito à literatura como um direito fundamental**. 2023. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76641>. Acesso em: 24 abr. 2026.

REIS, Carlos Roberto Guedes. **Educação física como ferramenta de ressocialização no sistema penitenciário**: perspectivas e desafios. 2025. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Campus do Bacanga, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/9730>. Acesso em: 25 abr. 2026.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. **Projeto Ponto de Leitura arrecada livros para atender mais de 63% das unidades prisionais do Tocantins**. Palmas, 18 set. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/projeto-ponto-de-leitura->



arrecada-livros-para-atender-mais-de-63-das-unidades-prisionais-do-tocantins/2co0fz xu30d5. Acesso em: 26 abr. 2026.

WORLD PRISON BRIEF. **Brazil:** South America [data]. London: Institute for Crime & Justice Policy Research, Birkbeck, University of London, [2026]. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/country/brazil>. Acesso em: 29 abr. 2026.

